



O EXÉRCITO E A SOCIEDADE BRASILEIRA

José Fernando de Maya Pedrosa

Falta, em nossa bibliografia, um estudo profundo e objetivo sobre as raízes históricas do Exército, em particular naquela fase em que a nascente e rudimentar sociedade colonial vivia em armas fazendo História. O Estado-Maior do Exército, no prefácio da "História do Exército Brasileiro — Perfil Militar de um Povo" (1972), visualizou a elaboração de uma história científica, em vários volumes, lançando uma luz para o futuro da historiografia militar castrense. Os estudiosos teriam acesso, desta forma, aos dados necessários ao entendimento das relações entre o Exército e a Sociedade Brasileira.

Não seria exagero dizer que esta identidade é um dos aspectos mais importantes da sobrevivência de nossas liberdades que foram sedimentadas com tantos sacrifícios e a despeito de enormes obstáculos. Este entendimento, apesar de na-

tural, depende entretanto da transmissão de conhecimentos e da receptividade dos mais jovens, civis e militares, condutores dos destinos do País nos próximos tempos. Deixar correr espontaneamente, de geração para geração, a tarefa de transmitir atitudes e conhecimentos históricos, seria um erro nesta época em que a comunicação de massa vem sofrendo muito a influência do interesse imediato que nem sempre atende aos objetivos maiores da sociedade.

Por outro lado, esta comunicação de massa, em sua fenomenologia contemporânea, apresenta a primazia da indução sobre a difusão do conhecimento essencial. É justamente por esta razão que parece um tanto abusivo acreditar que ela deva ser usada como único meio oficial para formar atitudes, mesmo que favoráveis e nobilitantes. Neste caso, o caminho permanente para que se entenda o papel

do Exército na Sociedade Brasileira é o da educação e da cultura pela difusão histórica, sem dramatizações pueris para o homem moderno, exigente por excelência.

Tudo evidencia que a corrente do pensamento marxista, muito em voga na intelectualidade de "vanguarda", acredita que a difusão de sua nova interpretação da História deva ser feita nas escolas secundárias, nas universidades e, com base nos livros, nos periódicos, nas aulas, em contatos informais de mestre com aluno. Teremos que reconhecer que este procedimento, aliás traçado por velhos pensadores e dirigentes marxistas, tem trazido muitos dividendos para sua causa, em particular pela descrença na democracia e na excelência de nossa História e de nossos heróis. Se não formarem militantes na quantidade por eles desejada, pelo menos terão formado muitos indivíduos descrentes, contestadores sistemáticos, sempre identificando maldade e ineficiência nos dirigentes e transmitindo negativismo a seus filhos.

A síntese que se segue como interpretação da História Militar Brasileira é uma contribuição individual aos jovens oficiais e praças para que, contando também com outros conhecimentos já adquiridos, renovem sua crença no passado e, em conseqüência, no futuro.

O BRASIL COLÔNIA — PRIMÓRDIOS

A certidão de nascimento do Exército é a Constituição de 1824, mas o seu nascimento remonta aos primeiros esforços de

portugueses, índios e mamelucos, para defenderem e expandirem os primeiros núcleos de ocupação e exploração econômica como suportes para uma sociedade nova no Brasil.

As motivações não eram exclusivamente materiais. Pensava-se também na grandeza de "El Rei", na propagação da fé cristã e da cultura européia ou simplesmente na solidariedade de uma gente que nascera mestiça, rarefeita e ameaçada por índios muitas vezes hostis e por franceses e holandeses, menos comprometidos com uma ordem colonial permanente do que com suas empresas de caráter prioritariamente comercial. Distinguir a orientação colonial lusitana das empresas militares e mercantis dos franceses e holandeses, por exemplo, constitui pedra fundamental no entendimento do papel do povo como agente de nossa História Militar. O progresso urbano de Recife com Maurício de Nassau, por exemplo, foi obra pessoal e ilusória. O bom entendimento dos franceses com os tamoios, potiguaras e tupinambás devia-se mais ao comércio e à conduta pragmática daqueles em respeitarem o domínio nativo, do que ao ideal de formarem aqui uma sociedade permanente. Por outro lado, a obra colonial portuguesa foi frutífera como produto de tenacidade, objetividade, espírito de sacrifício, coerência e valor. O legado português é que dirime verdadeiramente esta questão histórica, pois, no final das contas, nele está o Brasil indivisível e grande, onde vive um povo de notáveis características.

O português seiscentista era o continuador natural das epopéias da África e das Índias, o português dos Lusíadas, que vencera o jugo espanhol. As Ordenações Afonsinas e Sebásticas incorporavam notável experiência militar, nacional e estrangeira, particularmente nas operações anfíbias, expedições marítimas, ataques a praças fortes, construção de fortificações, aprestamento permanente e expedições exploratórias terrestres de cunho militar. Tais experiências básicas, com suporte no enquadramento militar pela nobreza (nobreza muitas vezes do valor) e na participação de todos os homens válidos nas atividades militares, deram estrutura às atividades colonizadoras no Brasil. Este é o arcabouço de nossa História Militar — o povo em armas.

É claro que nossas condições locais puseram também sob desafio algumas características do povo português: a flexibilidade que lhe propiciou rápida ambientação, a noção de espaço que o impulsionou para oeste, para o sul e para o norte e a miscibilidade que lhe promoveu o suporte humano através do mameluco e do mulato, dignos de maiores atenções. Sem dúvida, as limitações estiveram sempre presentes na carência de população, na exiguidade do espaço metropolitano, nas vantagens dos seus inimigos, nos reconhecidos desgastes de uma obra colonial custosa e na influência de interesses mercantis na política colonial que limitavam nossa auto-suficiência, obtida somente nas vésperas da Independência.

Assim disposto, pode-se observar agora como tudo isso deu resultados aqui, resultados às vezes modestos numericamente, mas expressivos para a História. Em cada ponto do litoral, onde a exploração econômica lograva êxito, foi surgindo um elemento militar que pouco se distinguiu da rudimentar sociedade colonial, mas que, dentro de suas proporções, pode ser considerado como uma tropa operacional, constituída por recursos humanos locais e uns poucos elementos regulares de linha capazes de guarnecer fortalezas e operar artilharia. Estas tropas operacionais tinham comando centralizado no governador-geral e eram enquadradas pelos mais notáveis, dentro os quais se destacavam servidores da Coroa, administradores e senhores da terra, incontestavelmente as pessoas mais preparadas para as funções de chefia militar. A tropa, como vimos, era constituída por todos, particularmente índios aliados e mamelucos, gerações de brasileiros e produto do natural encontro de raças tendentes à miscigenação indiscriminada. Estes elementos assim constituídos tinham a missão de defender os núcleos coloniais contra estrangeiros e índios rebeldes, expulsar invasores e ainda explorar os vastos espaços territoriais. O apoio de que dispunham era ordinariamente muito limitado à chegada de tropas de linha da Metrópole ou da Espanha (1580-1640) e de elementos navais para defesa dos mares a cargo da própria Coroa.

É notável a importância da Milícia, uma organização com doutri-

na, efetivos, material e missões definidas, à qual pertenciam os homens válidos, particularmente identificados com o nosso meio e dispostos para a guerra. Posteriormente, é claro, esta organização solidificou-se e surgiram os Terços de Infantaria e Cavalaria (1574) complementados pelas Ordenanças. De qualquer maneira, foi neste período de lutas contra flibusteiros, invasores estrangeiros e índios hostis, que os núcleos coloniais não apenas exerceram sua própria defesa como realizaram apoio mútuo em largos espaços que os separavam. Ainda assim, empreenderam a conquista do litoral nordeste — norte até o Pará, sempre combatendo e explorando caminhos de penetração para a epopéia amazônica de Pedro Teixeira.

Há muitas figuras representativas para exaltar nesta fase: Tomé de Souza, o organizador, Mem de Sá, o chefe, Jerônimo de Albuquerque, o líder mameluco, os índios Cunhambebe, Araribóia, Tibiriçá, Jacaúna e, posteriormente, Felipe Camarão e o negro Henri-que Dias.

O legado militar destas lutas pode ser confundido com o próprio legado social da vida brasileira. A participação do índio e do mameluco, com suas características guerreiras próprias de astúcia, adestramento natural, conhecimento dos teatros de operações e sensibilidade, formava as próprias raízes culturais da nacionalidade brasileira destituída de preconceitos, individualista e suscetível, quando a causa era justa.

De todas as lutas contra o estrangeiro nenhuma teve tanta expressão quanto a Guerra Holandesa. No início do século XVII já existia em Pernambuco e na Bahia uma sociedade colonial estável, organizada e produtiva que dispunha de uma razoável defesa militar formada nas lutas do século anterior. A chegada do holandês organizado e numeroso, trazendo consigo uma administração bem estruturada, provocou um grande impacto no meio colonial pela desarticulação ou destruição de seus núcleos de defesa e pelo isolamento dos naturais da Terra da Metrópole, nesta época unificada com a Espanha. Competia aos colonos agora lutar, em vastos espaços, sem apoio permanente e confiável da Metrópole, usando os meios em pessoal e material disponíveis, contra um inimigo regular, eficiente e bem armado.

O passado colonial indicava que a liderança caberia uma vez mais aos notáveis da terra e a tropa seria constituída nos mesmos moldes das Ordenanças nas quais todos os homens, independente de raça ou origem, seriam empenhados. O método de luta seria aquele que atendesse às circunstâncias do terreno e da situação, ou seja, a guerrilha. Observa-se aí a razão de tanta identidade na insurreição Pernambucana, motivo de uma sociedade nacional futura, acrescida agora de mais um elemento básico — o negro. E, nesse ambiente, surgiram o sentimento de integração do território e de sua defesa, a tolerância racial, o sentimento de liberdade e de solidariedade, a capa-

cidade combativa, o espírito de liderança dos notáveis já nascidos aqui na Colônia. Sem dúvida nenhuma foi nesse conflito que nasceu o sentimento de Brasil, particularmente após a Insurreição Pernambucana. É válido que se considere, portanto, que a nacionalidade brasileira nasceu na guerra.

Entende-se o que afirmou Basílio de Magalhães quando disse que a civilização colonial no Brasil era do tipo agrícola-militar o que significa que construímos uma Nação, desde os seus primórdios, trabalhando e lutando ao mesmo tempo.

Outro capítulo épico da nossa História foi o das Entradas e Bandeiras. Nela uniu-se a determinação lusitana para ocupação de novos espaços ao conhecimento e à vocação exploratória de nosso índio. As investidas sobre Guairá, Tapes e Itatins criaram condições para incorporação, ao futuro Brasil, de vastíssimas áreas continentais, levando nossas fronteiras aos acidentes naturais dos rios Guaporé, Paraguai, Paraná e Uruguai. Este foi, sem dúvida, um empreendimento militar com inspiração estratégica embora a sua motivação principal tenha sido mercantil ou desbravadora. Após essa fase de conquista, surgiram obras militares de alto sentido estratégico como o Forte Príncipe da Beira, a Fortaleza de São José de Macapá, as fortificações amazônicas e do sul, delimitando nosso espaço terrestre.

NATIVISMO OITOCENTISTA

Concluído o segundo século de colonização, o Brasil apresentava

uma sociedade mais complexa com numeroso contingente urbano no litoral, nas Minas Gerais e no interior de São Paulo. Ficava também complexa a organização militar da Colônia, destacando-se a existência de brasileiros natos em posições de algum relevo nas tropas de linha, agora também constituídas de pessoas simples, nascidas e formadas no Brasil.

Entretanto, a luta entre paulistas e emboadas (1708-1709) indicava ainda a prevalência dos reinóis ou pessoas a eles ligadas, e os ressentimentos nela gerados pela administração colonial repercutiriam na insurreição de Vila Rica, em 1721, e na Inconfidência Mineira. A reação aos mascates (1710-1711) pelos olindenses foi um movimento insurrecional contra a Metrópole, com um fundo de inspiração nativista. O ideal de liberdade da Inconfidência, por sua vez, foi organizado num quartel de dragões de cavalaria numa conspiração contra o controle econômico e político da Metrópole. A inspiração do movimento estava no liberalismo da Revolução Americana de 1776, cujo ideário ascendia o homem e seus direitos aos patamares inexistentes aqui no Brasil. O importante de tudo isso é que as casernas abrigaram os ideais nobres da época e a atuação dos militares brasileiros foi um fator que, mais tarde, junto com outros movimentos nativistas do início do Século XIX, dentre os quais o de 1817, contribuíram para a Independência. Mais uma vez, o povo em armas fazia a História quando alimentado por ideais de liberdade e independência.

conflitos que não foram poucos nesse século efervescente da vida nacional.

Assim, da mesma forma que as Forças Terrestres reprimiram a Revolução de 1817 e seu ideário liberal, promoveram a Independência, o Fico e a Abdicação. Adiante, em nome da Unidade, reprimiram a Confederação do Equador, a Revolução Praieira, a Sabinada, a Cabanagem no Pará e em Alagoas.

Com a crescente complexidade da vida política nacional, particularmente a partir da Regência, novos fatores surgiram, muitos dos quais sensibilizando o Exército: a anarquia e o descontrole republicano dos países vizinhos e as ameaças à unidade do País através de insurreições nas Províncias. Tais movimentos nem sempre eram de origem popular. Muitos deles tinham a inspiração de hegemonia de elites locais e sugeriam a fragmentação do território. A Farroupilha, por exemplo, com uma precipitada mudança para a República, traria evidentes prejuízos para a unidade nacional na época.

A atuação de Caxias sugere a figura carlaileana do "homem providencial". Encarando o princípio da unidade pelas armas, descontava nos métodos pacificadores e em sua habilidade política os abusos que porventura o emprego da força gerava. Seus serviços ao Império eram impessoais, posto que suas vistas estavam voltadas para o País e para o interesse da Sociedade Brasileira.

De um amplo relance histórico, pode-se concluir que a unidade nacional, principal legado do Impé-

rio, foi mantida pelas armas e pela habilidade política dos chefes militares e civis.

Estava amadurecendo o País, nesta fase de transição entre a situação de colônia e a sua afirmação de soberania interna e externa, quando ocorreram influências políticas novas. A Guerra da Tríplice Aliança, influenciando na mentalidade militar, o cansaço do Império e as influências liberais do exterior desembocaram na libertação dos escravos e na República.

Observa-se que, mais uma vez, o Exército atuava no sentido da evolução no momento oportuno. Antes, a centralização de autoridade e a unidade nacional prevaleciam sobre o liberalismo e o regionalismo. Agora, a Nação precisava de um reequacionamento de sua ordem interna. Daí a conspiração republicana ter sido um processo mais militar do que político, pelo menos na sua execução. Nesta fase observou-se a influência do positivismo no pensamento militar que provocou o chamado "lapso de segurança". Muitos oficiais transformaram-se então em homens doutos, desligados do indispensável profissionalismo e inclinados à prevalência do interesse político sobre o institucional. O "salvacionismo político" é uma postura republicana que subtraiu do Exército muitas capacidades, especialmente a partir de Hermes da Fonseca, contra as oligarquias, ou no Tenentismo, contra os vícios da República Velha. Não nos cabe discutir ou mesmo julgar esta fase da História, mas dela podemos concluir que o Exército não

ficou à margem da Sociedade Brasileira, isto é, se ela entrou em ebulição, o Exército dela recebeu poderosa influência.

Tal assertiva explica, por exemplo, a Revolução Federalista e a Revolta da Esquadra, com manifestações de velhas tendências na dissolução da Câmara por Deodoro, em 1891. O centro do conflito girava nas tendências radicais do unitarismo versus federalismo e autoritarismo versus liberalismo.

Considerem-se aí, para que não haja erros de apreciação, as necessidades de cada época. Deve-se ter o cuidado de não confundir o pensamento individual de alguns militares com o da Instituição.

A História registra os ideais do Tenentismo, reprimidos em nome da segurança e da ordem, mas que terminaram vencendo, pois representavam um anseio geral de justiça eleitoral independente, voto secreto, preservação das riquezas nacionais contra a cobiça estrangeira e justiça no trabalho com vistas à paz social.

Em época muito recente, são do ideário dos militares a industrialização do País, a sua entrada no domínio da tecnologia moderna, a definição de uma política agrária com vistas à Justiça Social e à produção.

Fatores ideológicos passaram então a influir na vida nacional, através das influências marxistas. A diferença entre os ideais dos Tenentes Luiz Carlos Prestes e Juarez Távora, por exemplo, pode ser vista pela correspondência pessoal deles (Juarez, memórias): o comunismo materialista, revolucionário

e negativista contra o ideal da justiça social, cristandade e evolução gradativa.

O Exército, é claro, repudiando o fascismo que combatera em 1937 e na II Guerra Mundial, antepunha-se ao comunismo em 1935 e em 1964. Mais uma vez, a Instituição punha-se a serviço da Sociedade Brasileira.

A atuação do Exército está presente da redemocratização de 1945 e na recente Abertura Política, ressaltando-se, é claro, a defesa contra as investidas extremistas.

Vale ressaltar a participação do Exército na interiorização do Brasil, através das Colônias Militares, Guarnições de Fronteiras, das comunicações de Rondon, da Engenharia Militar de Construção e da ação educativa do Serviço Militar Inicial.

Daí a estratégia da presença até hoje prevalente, apesar dos argumentos técnico-militares contrários.

CONCLUSÃO

— O Exército, desde os seus primórdios, sempre esteve identificado com a Sociedade Brasileira.

— Os militares brasileiros não constituem casta nem defendem interesses de grupos.

— A carreira militar sempre foi acesso na hierarquia social.

— Os ideais de justiça social, moralidade política e progresso sempre estiveram presentes entre os militares do Exército.

— Nos momentos de crise prevalecem, na ação institucional, a busca da unidade nacional e da paz social.

— O Exército tem sabido cumprir a sua missão de defesa de nossa integridade territorial e soberania, como almeja a Sociedade Brasileira.

— O envolvimento do Exército na vida política nacional tem sido historicamente inevitável, embora se busque sempre a prevalência da profissionalização militar. Na conduta individual entra-se no campo da ética ou das leis para se definir a posição de cada militar diante da política.

— O marxismo militante trouxe novo ingrediente para a vida nacional e promoveu o desafio à tradição de liberdade do povo brasileiro. O Exército, é claro, está po-

sicionado onde lhe compete, isto é, na defesa dos ideais da Sociedade Brasileira: justiça, democracia, unidade, evolução sem conflito sangrento. É o seu papel histórico.

Desta forma, a dissociação entre o Exército e a Sociedade Brasileira representaria um importante passo para a desordem e inversão do curso histórico do País. A tradição militar brasileira é um profundo argumento para a sobrevivência de nossa Instituição e das liberdades no Brasil. Sua preservação deve ser feita através da educação e da cultura, mais do que pela simples indução, mesmo porque é naqueles campos que o materialismo tem logrado êxitos mais duradouros.



O Cel Inf QEMA José Fernando de Maya Pedrosa foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Como oficial superior, foi também Adjunto da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, Oficial de Gabinete do Ministro do Exército, Comandante do 19º BC, Chefe de Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército. É sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Diplomado com o Curso Superior de Guerra, da ESG, turma de 1983.